



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Câmara de Educação Superior e Profissional

INTERESSADA: Universidade Estadual do Ceará (UECE)		
EMENTA: Prorroga o prazo de vigência do reconhecimento do Curso Superior de Graduação em Letras (Espanhol, Português e Francês) – Licenciatura, presencial, concedido nos termos do Parecer CEE nº 0331/2014, ofertado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), no Centro de Humanidades, nesta capital, até 31 de dezembro de 2019.		
RELATORA: Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira		
SPU Nº 0704958/2018	PARECER Nº 0181/2018	APROVADO EM: 06.02.2018

I – RELATÓRIO

O Reitor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Prof. Doutor José Jackson Coelho Sampaio, encaminha ao Presidente deste Conselho Estadual de Educação (CEE), solicitação para que seja prorrogado o reconhecimento do Curso Superior de Graduação em Letras – Licenciatura, presencial, no Centro de Humanidades – Fortaleza, ofertado pela referida instituição de ensino.

A regularidade de funcionamento do curso superior de Graduação em Letras – Licenciatura, presencial, está ancorada no Parecer CEE nº 0331/2014, com validade até 31 de dezembro de 2017.

Em 29 de janeiro de 2018, deu entrada neste Conselho o processo nº 0704958/2018, com o objetivo de requerer a renovação do reconhecimento do referido curso por este CEE. Em 02 de julho de 2015, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho 2015, que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada”. O Art. 22 e o Parágrafo único dessa Resolução estabelecem:

“Art. 22. Os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação”.

“Parágrafo único. Os pedidos de autorização para funcionamento de curso em andamento serão restituídos aos proponentes para que sejam feitas as adequações necessárias”.

Dentre os diversos considerandos que são apresentados na Resolução, existe indicação da necessidade de [...] “articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica”.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Câmara de Educação Superior e Profissional

Cont./Parecer Nº 0181/2018

Assim, na época da entrada, o processo nº 0704958/2018 não foi apreciado pela assessoria técnica deste CEE na espera das definições referentes à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que no seu processo de elaboração teve o cronograma de execução comprometido com muitos atrasos. Somente em 6 de abril de 2017, foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) o documento da BNCC referente à educação infantil e ao ensino fundamental para que seja processada a devida normatização e, a partir daí, as Instituições de Ensino Superior (IESs), pudessem elaborar os Projetos Pedagógicos dos seus cursos de licenciatura. Ainda, foi aprovada a Resolução CNE nº 1, de 9 de agosto de 2017, que altera o prazo previsto no Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, de 02 (dois) para 03 (três) anos o período para que os cursos de formação para professores, em funcionamento, adaptem-se à Resolução citada.

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A solicitação da UECE fundamenta-se no Art. 8º e no Inciso IV do Art. 10 da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), que determina que cabe aos Estados a incumbência de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos de seu sistema de ensino.

Além das determinações expressas na LDB, atende à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências, ao Parecere CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, retificado pelo de Nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001, no Parecer CNE/CES nº 83/2007 e, mais especificamente, à Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras e na de Nº 1, de 18 de março de 2011, que estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras.

Atende, ainda, à Resolução CNE/CES nº 2, de 1º de julho de 2015, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, além da Resolução CNE nº 1, de 9 de agosto de 2017, que altera o prazo previsto no Art. 22 da citada Resolução.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Câmara de Educação Superior e Profissional

Cont./Parecer Nº 0181/2018

III – VOTO DA RELATORA

Face ao exposto e considerando as informações, os elementos integrantes do processo e a coerência com os textos legais vigentes, somos de parecer favorável à prorrogação do prazo de vigência do Parecer CEE nº 0331/2014, que renova o reconhecimento do Curso Superior de Graduação em Letras (Espanhol, Português e Francês) – Licenciatura, presencial, ofertado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), no Centro de Humanidades (CH), nesta capital, até 31 de dezembro de 2019, tempo que se considera suficiente para que o Conselho Nacional de Educação (CNE) normatize o que se refere à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “considerando a necessidade de articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica”, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

IV – CONCLUSÃO DA CÂMARA

Processo aprovado pela Câmara de Educação Superior e Profissional do Conselho Estadual de Educação.

Sala das Sessões da Câmara de Educação Superior e Profissional do Conselho Estadual de Educação, em Fortaleza, aos 06 de fevereiro de 2018.

ADA PIMENTEL GOMES FERNANDES VIEIRA
Relatora e Presidente da Comissão de Educação Superior

CUSTÓDIO LUÍS SILVA DE ALMEIDA
Presidente da CESP

PE. JOSÉ LINHARES PONTE
Presidente do CEE

Resolución No. 001-2014
del Consejo de Educación Superior

Comunicación No. 001-2014

FECHA DE EMISIÓN: 15 de mayo de 2014

En virtud de lo establecido en el artículo 10 de la Ley N° 30220, Ley Orgánica de Educación Superior, y de lo dispuesto en el artículo 10 de la Ley N° 30220, Ley Orgánica de Educación Superior, el Consejo de Educación Superior, en sesión ordinaria celebrada el día 15 de mayo de 2014, en su sesión ordinaria, aprobó la siguiente resolución:

El Consejo de Educación Superior, en sesión ordinaria celebrada el día 15 de mayo de 2014, en su sesión ordinaria, aprobó la siguiente resolución:

El Consejo de Educación Superior, en sesión ordinaria celebrada el día 15 de mayo de 2014, en su sesión ordinaria, aprobó la siguiente resolución:

El presente es de conocimiento de:

IV - CONCLUSIONES DE LA SESIÓN

El Consejo de Educación Superior, en sesión ordinaria celebrada el día 15 de mayo de 2014, en su sesión ordinaria, aprobó la siguiente resolución:

El Consejo de Educación Superior, en sesión ordinaria celebrada el día 15 de mayo de 2014, en su sesión ordinaria, aprobó la siguiente resolución:

A LA PRESIDENTA DEL CONSEJO DE EDUCACIÓN SUPERIOR

CONSEJO DE EDUCACIÓN SUPERIOR

FECHA DE EMISIÓN: 15 de mayo de 2014

Resolución No. 001-2014
del Consejo de Educación Superior